Revevista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 3, p. 1057-1093, 2018

Estratigrafia linguística da hidrotoponímia de Portugal continental

Linguistic stratigraphy of mainland Portugal's hydrotoponymy

Carlos Rocha
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa / Portugal
crocha46@gmail.com

Resumo: O tema do presente artigo insere-se na história da onomástica portuguesa, mais precisamente, na etimologia dos hidrotopónimos de Portugal continental. Com a finalidade de contribuir criticamente para a recuperação da etimologia como disciplina mais atuante no contexto dos domínios da História da Língua e da Linguística Histórica, retoma-se uma linha de investigação que remonta aos trabalhos desenvolvidos em Portugal por José Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira, Pedro Cunha Serra, Domingos Moreira, Joseph-Maria Piel, José Pedro Machado, Armando de Almeida Fernandes, entre outros. Igualmente consideradas são as propostas de Hans Krahe, Edelmiro Bascuas, Federico Corriente e Eduardo Viaro. São objectivos do artigo definir os limites do inquérito linguístico na análise etimológica dos hidrotopónimos de Portugal continental; e enquadrar na discussão da estratigrafia linguística a caracterização nacional e regional do hidrotopónimos. Conclui-se que a hidrotoponímia de Portugal continental tem origem maioritária em itens do léxico comum latino-romance, embora guarde globalmente um importante património pré-latino. A sul do sistema montanhoso Montejunto-Estrela, torna-se significativa a interferência lexical, morfológica e fonológica do árabe, tal como acontece em grande parte da toponímia das regiões meridionais portuguesas.

Palavras-chave: toponímia; etimologia; hidrotopónimo; estrato; história do português.

Abstract: The topic of this thesis concerns the diachronic aspects of Portuguese onomastics, namely those regarding the etymology of a subset of Portuguese hydrotoponyms. Arguing that Etymology is still relevant as a field of research to Historical Linguistics and the History of the Portuguese Language, the discussion draws on studies carried out in Portugal by scholars such as Leite de Vasconcelos,

eISSN: 2237-2083
DOI: 10.17851/2237-2083.26.3.1057-1093

Joaquim da Silveira, Pedro Cunha Serra, Domingos Moreira, Joseph-Maria Piel, José Pedro Machado, Armando de Almeida Fernandes, among others. The work of Hans Krahe, Edelmiro Bascuas, Federico Corriente ou Eduardo Viaro is also considered. The article pursues two goals: to draw the linguistic boundaries of the etymological inquiry on a selection of mainland Portugal's hydrotoponyms; and to describe and discuss the national and regional distribution of each linguistic stratum in the Portuguese hydrotoponymic context. Its conclusions point out that most itens have Latin-Romance origins, although a significant number of pre-Latin names is also preserved. South of Montejunto-Estrela mountain system, the contact with Arabic has left many lexical, morphological and phonological traces, as is typical of the Portuguese southern regions.

Keywords: toponymy; etimology; hydrotoponym; stratum; history of Portuguese.

Recebido em 20 de dezembro de 2017.

Aceito em 19 de fevereiro de 2018.

Introdução

Este artigo constitui a síntese de um trabalho mais extenso,[1] que propõe comentar etimologicamente um conjunto de hidrotopónimos de Portugal continental, dando conta da sua distribuição geográfica e histórico-linguística. Trata-se de 481 hidrotopónimos extraídos do Reportório Toponímico de Portugal (RTP), entre os que constituem duas das três categorias hidrotoponímicas definidas pela referida fonte: "Rio importante (mais de 100 km de extensão)" e "Rio (de 20 a 100 km de extensão)".[2] A

[1] Trata-se da tese de doutoramento escrita pelo autor do presente artigo e intitulada *Etimologia dos Hidrotopónimos de Portugal Continental: História Linguística de um Território*, defendida e aprovada em 2017, sob orientação da Professora Esperança Cardeira e coorientação da Professora Ana Maria Martins, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[2] No estudo, não foi, portanto, considerada a terceira categoria, "Ribeira/Ribeiro/Curso de água (até 5 km)". Sobre o visualizador de informação geográfica CIGeoE-SIG, que abrange uma versão eletrónica do RTP, importa considerar que cada hidrotopónimo, encarado como lema (*type*), pode corresponder a mais de um registo (*token*). Compreende-se assim que o número de registos seja muito superior ao dos nomes recolhidos; com efeito, a categoria "Rio Importante (mais de 100km)", conta com 306 registos; a de "Rio (de 20 a 100 km de extensão)", com 1302 registos; e a de "Ribeira/

respetiva localização é feita de acordo com a Carta Militar de Portugal 1:25 000 (CMP), a qual pode ser consultada a par do RTP através do visualizador do Centro de Informação Geospacial do Exército (CIGeoE-SIG).[3] O uso desta ferramenta permite elaborar uma lista de itens onomásticos cuja configuração é geralmente a conferida pela atual língua administrativa, ainda que em alguns casos se detetem traços dialetais nem sempre convergentes com esse *standard*. Os hidrotopónimos estudados correspondem, portanto, a formas contemporâneas, o que significa que, por exemplo, um hidrotopónimo como *Celadus* ou *Celandus*, formas atestadas na Antiguidade, nas cópias da obra de Pompónio Mela, não foi objeto de atenção especial, apesar de ser a antiga denominação do rio hoje conhecido como *Cávado* (no norte de Portugal, no distrito de Braga). Contudo, não se deixa de assinalar a forma que se encontra abonada na Antiguidade ou na documentação medieval e foi posteriormente substituída pelos hidrotopónimos hoje prevalentes.[4]

Ribeiro/Curso de Água", com 11183 registos. Os registos das duas primeiras categorias reduzem-se a uma lista de 481 de formas de citação, das quais 18 correspondem à primeira categoria e as restantes à segunda.

[3] Para este trabalho, o CIGeoE-SIG (disponível em <http://www.igeoe.pt/>) começou a ser consultado ainda como IGeoE-SIG. Refira-se que o CIGeoE "sucedeu, a partir de 1 de agosto de 2015, ao Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) – com base no Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho – tornando-se, assim, o herdeiro natural do espólio e das tradições cartográficas militares portuguesas" (Disponível em: <https://www.igeoe.pt/index.php?id=5>. Acesso em: 7 mar. 2017).

[4] São eventualmente discutidos outros nomes atestados mas em desuso ou no esquecimento, da época pré-romana ou eventualmente atribuídos à romanização e aos períodos históricos seguintes, sem se aprofundar a sua análise. Também não se entra na discussão de certas formas pseudocorretas ou pseudoetimologizantes, frequentes na Antiguidade e recorrentes na Idade Média e em épocas subsequentes, a não ser quando estas são continuadas pelos hidrotopónimos contemporâneos. A propósito deste tipo de distorções na toponímia galega, que faculta dados importantes para o caso português, observa Moralejo (2009, p. 38-39): "[…] la documentación medieval abunda en latinizaciones superficiales y en trapacerías macarrónicas con o sin intención etimologizante, pero métodos hay y prudencia para no entrar a ellas, que también están en lo antiguo, por ejemplo en los Ἀμφίλοχοι de Estrabón, los *Helleni* de Plinio, el mineral *minium* y el río *Minius* de Justino e Isidoro..., ya sin entrar en las actitudes negativas y de despego ante los nombres indígenas *bárbaros, impronunciables*... (cf. Estrabón, Mela, Plinio...) y en cómo esas actitudes condicionan negativamente la cantidad y la calidad de nuestra documentación." Sobre este aspeto, ler também Guerra (1998, p. 40-42).

Várias são as perspetivas de análise dos hidrotopónimos em geral. O presente artigo visa salientar a diferenciação interna deste conjunto, a saber:

> – os estratos linguísticos históricos por que se distribuem os hidrotopónimos;
>
> – a história da transmissão destes nomes, configurando percursos de continuidade ou ruturas, as quais podem abranger tanto a transferência de nomes que já faziam parte do contexto toponímico de cada hidrotopónimo, como a eventualidade de a forma comentada ter substituído outra mais antiga, que pode ter ficado perdida ou ter sido transposta (deslocada) para outra entidade geográfica (caso do *Cáster*, que terá sido o *Ovar*, antes de este nome passar a topónimo);
>
> – a génese direta ou indireta da denominação dos rios, a qual define o contraste entre da toponímia delexical, com as respetivas subcategorias ontológicas, e a toponímia deonomástica – por um lado, os fitónimos, os orónimos, os zootopónimos, etc. e, por outro, abrangendo já classes onomásticas, os topónimos em sentido restrito, os antropónimos, os gentilícios, etc. (cf. MARTÍNEZ LEMA, 2010, p. 39-41).

O desenvolvimento deste artigo compreende seis secções. Na primeira, expõem-se os critérios metodológicos adotados; na segunda, discute-se a definição dos estratos histórico-linguísticos por que se distribuem os hidrotopónimos estudados; na terceira, apresenta-se a distribuição estratigráfica dos hidrotopónimos em apreço; na quarta, comenta-se o contraste entre macro- e micro-hidrotoponímia, e na quinta secção identificam-se tipos de génese e formas de transmissão dos hidrotopónimos em discussão no quadro da história linguística de Portugal continental.

1 O estudo dos hidrotopónimos portugueses: critérios para o seu inventário e comentário etimológico

Com vista à datação/atribuição estratigráfica aproximada dos hidrotopónimos, impôs-se recolher atestações dos nomes comentados, sobretudo na documentação medieval. Assim, foram consultadas fontes de caráter secundário, isto é, fontes constituídas sobretudo por dicionários onomásticos e reportórios toponímicos. Grande parte dos hidrotopónimos aqui comentados não encontra abonações; mas vários

foram os casos em que se tornou possível confrontar as atuais formas registadas, tal como se encontram no RTP e noutros recursos (dicionários toponímicos, corográficos, etc.), com as formas que assumiram em fontes da Antiguidade e da Idade Média.[5]

Para acesso eventual às fontes primárias da Antiguidade e da Idade Média, recorreu-se a edições fiáveis que contivessem índices onomásticos ou que estivessem disponíveis em versão eletrónica de modo a facilitar pesquisas. No tocante a edições impressas de textos medievais, em especial, as de textos não-literários, mais suscetíveis de encerrarem as ocorrências dos nomes em apreço, as referências apresentadas mais abaixo são meramente exemplificativas, uma vez que se trata de uma lista muito extensa, ainda por determinar. Sublinhe-se, no entanto, que, para a atestação das formas recolhidas no RTP, se optou principalmente por apresentar as abonações utilizadas por Machado (2003), por vezes corrigidas ou completadas pelas entradas de Cortesão (1912) e Fernandes (1999) ou por ocorrências extraídas dos PMH, que têm índices toponímicos que muito facilitam a recolha;[6] pontualmente, foram incluídas ainda atestações registadas noutros dicionários e estudos dedicados à toponomástica.

Identificadas as fontes de atestação, procedeu-se ao comentário etimológico de cada um dos 481 hidrotopónimos recolhidos, com o auxílio dos dicionários etimológicos e onomásticos disponíveis quer para o espaço português quer para outras unidades geográfico-linguísticas (galega, castelhana, catalã, occitana, francesa, italiana, romena, inglesa, etc.). As propostas etimológicas apresentadas procuram sempre incluir a atribuição dos hidrotopónimos a um dos estratos histórico-linguísticos que é possível distinguir no conjunto da toponímia portuguesa, conforme a discussão desenvolvida na secção 3 deste artigo. O resultado constitui um dicionário

---

[5] Parece estar por fazer um balanço atualizado dos estudos de antroponímia e toponímia, porque o que se realizou – o de Boléo (1953) – já tem mais de cinquenta anos. No entanto, na publicação "Fontes toponímicas", do blogue *Toponímia: Gente & Lugares*, de Manuel Carvalho, disponibiliza-se informação bibliográfica mais atualizada (Disponível em: <http://deaveiroeportugal.blogspot.pt/2007/02/fontes-toponímicas.html>. Acesso em: 16 fev. 2008) e encontra-se uma lista de fontes toponímicas que é bastante útil. Ver também Serra (1968).

[6] As atestações incluídas em Machado (2003) indicam sempre a edição documental onde ocorrem (por exemplo, PMH ou DMP).

onomástico etimológico constituído por 481 comentários ou verbetes, cuja estrutura é definida pelo esquema apresentado pelo quadro 1.

QUADRO 1 – Estrutura de um comentário

hidrónimo	**grafia atual**
breve atribuição estratigráfica	identificação do étimo e do respetivo estrato
atestações	formas e grafias disponíveis em edições de fontes medievais (acrescidas eventualmente de atestações da Antiguidade)
localização	região percorrida pelo curso de água conforme a CMP a 1:25 000
proposta de etimologia	comentário crítico da etimologia estabelecida pela literatura para cada nome ou elaboração de proposta etimológica no caso de o nome não ter ainda sido objeto de estudo

Finalmente, no sentido de facilitar listagens e visões de conjunto dos dados com dimensão nacional e regional, foi criada com recurso ao programa Excel (Microsoft) uma tabela eletrónica para onde se transferiu a classificação dos hidrotopónimos de acordo com diferentes dimensões (localização geográfica, etimologia, história de transmissão) e tipologias.

2 Sobre categorização dos hidrotopónimos: estratos histórico-linguísticos

Nos estudos de história da língua e nos de toponímia, fala-se de estratos linguísticos numa conceptualização metafórica baseada nos cortes de terreno e nos seus níveis geológicos, imagem projetada sobre a diacronia de uma língua, sobretudo no sentido de definir uma cronologia das formas linguísticas (cf. AEBISCHER, 1978 e ANDERSEN, 2003). No plano da história da língua e da linguística histórica, falar de estratigrafia no contexto da toponímia convoca a problemática do contributo de línguas que, coexistindo ou sucedendo-se num território, deixaram marcas – frequentemente de nível lexical, mas também abrangendo o nível gramatical – nas sincronias de uma língua predominante ou extensivamente falada nesse território. É na perspetiva da língua ou do sistema linguístico focado pela descrição como realidade histórico-linguística – o *estrato*, por excelência – que são classificados os outros estratos – *substratos*, *superstratos* e

adstratos –, como marcas deixadas por situações de contacto mais ou menos prolongado.[7] A noção de estratigrafia assume particular relevância nos estudos lexicais e onomásticos, porque o léxico em geral constitui um nível especialmente exposto às condições sócio-históricas que modulam a diacronia da língua.[8]

Sendo assim, aceita-se no presente estudo que a estratigrafia linguística se identifica com a história dos empréstimos de uma língua, porque, tal como esta, assinala fases da história da língua na perspetiva do trânsito de unidades originárias de outras línguas que condicionaram a nativização dessa língua, como ocorre com os substratos, ou a sua ulterior elaboração, como se verifica com os superstratos.[9] No caso do português, sob o ângulo do estrato que simultaneamente o individualiza e o relaciona com uma família (indo-europeu) e subfamília (românica) linguísticas, Silva (2008, p. 84) salienta

> o "fundo latino" (PIEL, 1989, p. 11) que dará a forma ao léxico da língua portuguesa, reformatando, ou seja, dando a sua morfologia, aos empréstimos pré-latinos e aqueles posteriores à "queda" do domínio de Roma, no século V d. C., pelo menos na chamada Romênia Ocidental.[10]

---

[7] Ver Campbell e Mixco (2007).

[8] Dworkin (2012, p. 5) sublinha tal característica: "The lexicon of a language is open-ended and is the least stable, the least systematic segment of the language's structure, and thus more open to novelties introduced from the outside. For this reason, lexical borrowing as a process does not lend itself to neat or rigid classification." Sobre o vocabulário (comum), Viaro (2011, p. 267) observa, aliás, que este "[…] não pode ser avaliado da mesma forma que os elementos gramaticais, pois somente os últimos podem, de facto, caracterizar a afiliação a um determinado grupo linguístico"; é o caso do romeno, cujo léxico de origem latina vulgar é exíguo quando comparado com as outras línguas românicas (Viaro, 2011, p. 267).

[9] A questão dos empréstimos pode, no entanto, introduzir uma distinção adicional ao contraste entre substratos e superstratos. Noonan (2010, p. 57) distingue os empréstimos das influências de substrato: "The reason for separating substratic influence from other instances of borrowing is that with substratic influence we have situations in which generational transmission of linguistic traditions is disrupted; we may also have speciation [i. e., the creation of new languages], though this is not necessarily the norm."

[10] Sobre mudança no léxico patrimonial latino no contexto da história do português, ver Brocardo (2014, p. 83-89).

Convém sublinhar que os estratos históricos da toponímia de Portugal continental não se distribuem uniformemente no território. Enquanto a norte se pode falar de continuidade histórico-linguística sem ruturas desde a romanização, existem regiões a sul em que os dialetos do sistema galego-português se sobrepuseram ou a dialetos românicos ou a dialetos árabes, ou, ainda, a uma situação de bilinguismo árabo-romance. A consideração do galego-português como estrato, sobretudo a sul do Tejo, pode, portanto, conceber-se como reinserção no estrato latino-romance de uma população profundamente arabizada, que transmitiu um património toponímico já de fácies árabe, quer pelas fontes lexicais da denominação quer pelas interferências na configuração dos nomes herdados de fases latino-romances.

É de notar que se aceitam frequentemente, como elementos identificadores de certos estratos, unidades morfológicas correspondentes a línguas que nunca foram efetivamente faladas no território português – caso muito provável dos dialetos da população sueva, ou do gótico tão presente na antroponímia e toponímia derivada. Acresce que um estrato pode muitas vezes corresponder a um conjunto mal conhecido de camadas linguísticas, como são os casos dos vestígios deixados pelos falantes de línguas pré-indo-europeias, indo-europeias ou especificamente célticas e lusitanas em grande parte do território em estudo. Além disso, no âmbito de cada estrato linguístico, avulta o problema da sua própria temporalidade, ou seja, da sua diferenciação em períodos e fases históricas. É este o caso do estrato latino-romance, caracterizado pela sua longa duração relativa, a ponto de no português contemporâneo haver topónimos ainda transparentes que correspondem, não obstante, a formas linguísticas de longa duração, já atestadas na Alta Idade Média. Por outras palavras, tais formas podem ser datadas de qualquer época a partir da romanização, visto que a sua história e a sua metamorfose é também a da língua portuguesa, pelo menos, nas regiões setentrionais portuguesas, onde é improvável ter-se verificado alguma rutura com o passado linguístico latino.

Há várias condicionantes da localização e classificação estratigráfica de um hidrotopónimo; são elas:

> – Os nomes de rios que atravessam diferentes distritos são atribuídos aos distritos onde se encontram as respetivas nascentes. Este critério é certamente discutível, porque podem verificar-se casos de polionimia ao longo do curso de um rio, além de que o nome associado ao rio pode

resultar da conversão de um topónimo preexistente que se encontre nos cursos superior, médio ou inferior. Não obstante, este problema não se põe na prática, porque os rios aqui mencionados, na maior parte, atravessam regiões que têm uma história linguística comum, pelo menos, desde a época romana. A análise de casos de hidrotopónimos como *Minho*, *Douro*, *Tejo* ou *Guadiana*, associados a grandes rios, podem até beneficiar com este critério, porque, em relação às regiões portuguesas continentais, não há certezas sobre o seu efetivo uso local anterior ou posterior ao período romano. Não parecendo ter-se originado nas regiões do litoral, é até possível que tais nomes tenham surgido em regiões do interior hispânico, donde poderão sido generalizados pela administração romana até ao curso inferior desses grandes rios.

– A atribuição de um hidrotopónimo a um estrato pode não ser indiscutível, porque depende da documentação disponível e resulta de um juízo que se sujeita a uma escala de graus de certeza e até a valores de prototipicidade não isentos de subjetividade. Por esta razão se optou por considerar de origem obscura muitos nomes que costumam ser relacionados com estratos mais arcaicos sem que para tanto se encontre base documental ou fundamento linguístico-comparativo relevantes. As etimologias comentadas ou propostas estarão, pois, sempre sujeitas a revisões e correções em função do aparecimento de documentação que ou se encontra ainda inédita ou não foi possível reunir para esta investigação. Mesmo assim, é razoável aceitar que as fontes consultadas para este trabalho são representativas da informação disponível sobre os hidrotopónimos aqui discutidos.

– É preciso tornar a sublinhar que falar de estratos linguísticos a propósito de hidrotoponímia ou da toponímia em geral não é o mesmo que distinguir a estratigrafia do léxico comum. Por outras palavras, a atribuição dos hidrotopónimos a um estrato não coincide com a que se faz com os itens lexicais que estão na génese de muitos dos nomes analisados. Concretizando, o radical de *vidoeiro* é enquadrável num estrato pré-latino, mas nem por isso o *rio Vidoeiro* (Viseu) parece inscrever-se nesse estrato, antes encontrando o seu lugar no estrato latino-romance. Os nomes *azenha* e *açude* são arabismos, mas nem o *rio das Azenhas* (Leiria) nem o *rio do Açude* (Lisboa) parecem dever-se a atos de nomeação verificados no período linguístico árabe no centro-sul e sul do território continental português. Tais casos inscrevem-se no estrato latino-romance – ou já nas modalidades mais tardias dos períodos galego-português ou português, eventualmente com contributos moçárabes –, porque testemunham a produtividade de itens lexicais comuns de um certo estrato na atividade denominativa.

> – Um contraste geográfico que se impõe à observação é o existente entre a densidade da rede fluvial do território a norte do Tejo e a do território a sul deste rio – ou, se se preferir, logo a sul do sistema Montejunto-Estrela.[11] As condições de clima (estiagens mais prolongadas) e solo contrastam claramente com as que se encontram a norte desse(s) limite(s) geográfico(s). A hidrografia meridional apresenta-se, portanto, menos densa e os rios menos extensos, com a consequência de serem baixas ou mesmo muito baixas as frequências absolutas dos hidrotopónimos correspondentes a cada distrito a sul do Tejo, situação suscetível de provocar distorções no momento de comparar as distribuições regionais.

Não obstante estas condicionantes, é possível extrair dados relevantes com vista à definição de perfis hidrotoponímicos quer de alcance nacional quer de âmbito regional. Sendo assim, são definidos critérios respeitantes à identificação dos estratos pré-latino, latino-romance (abrangendo quer o galego-português, quer o romance andalusi), germânico e árabe. Tais critérios são formulados em termos genéricos e flexíveis que os compatibilizem com o enquadramento histórico-geográfico, sem lhes retirar poder crítico face às propostas etimológicas facultadas pela literatura.

2.1 Substratos pré-latinos (não indo-europeus e indo-europeus)

São considerados pré-latinos os hidrotopónimos opacos[12] documentados pelas fontes da Antiguidade ou cuja configuração, ainda

---

[11] Também se poderá identificar o limite geomorfológico entre o Norte e o Sul com o chamado sistema Montejunto-Estrela, que margina a norte o vale do Tejo mas que pode chegar a incluir a serra da Arrábida, mais a sul. Era esta a perspetiva de Hermann Lautensach (RIBEIRO; LAUTENSACH; DAVEAU, 1987, p. 135): "A linha divisória entre estas duas partes do País [norte e sul de Portugal], não a colocamos no Tejo, como faz Ferraz de Carvalho [CARVALHO, 1930], porque as margens direita e esquerda do rio pertencem sempre à mesma unidade morfo-estrutural. Situamos antes esta linha no sopé sul da Cordilheira Central, isto é, desde as Serras das Mesas e da Gardunha, até às serras calcárias do triângulo mesozoico. Como a Serra da Arrábida, cuja altitude atinge ainda cerca de 500 m, volta a apresentar características geomorfológicas semelhantes às destas serras calcárias, parece aconselhável fazer atravessar o Tejo pela linha divisória e incluir ainda a península de Setúbal na unidade geomorfológica do Norte de Portugal."

[12] As metáforas da transparência e opacidade são a base da definição de duas categorias semânticas por parte de PIEL (1979, p. 181-182; manteve-se a ortografia do original, corrigindo-se pequenas gralhas): "[…] 2. convém lembrar que qualquer nome próprio, seja ele pessoal ou de lugar, se entronca, em perspectiva histórica variável, num nome

que na aparência relacionável fonomorfológica e semanticamente com itens do léxico comum atestados desde a Idade Média, não tem uso toponímico recorrente no passado ou no presente. Por exemplo, o hidrotopónimo *Sul* (nome de um afluente do Vouga, no distrito de Viseu) é incluído no estrato pré-latino, porque não encontra usos toponímicos semelhantes, explicáveis pelo léxico comum latino-romance ou já português; ou seja, não se trata da denominação do ponto cardeal *sul*, nem se relaciona com o galego *sur*, 'humidade da terra' (cf. DEE), itens que, aliás, parecem não participar na génese de topónimos. Esta avaliação socorre-se das propostas etimológicas feitas no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos, o que não significa que sejam aceites acriticamente e se eximam a revisão e correção.

A respeito do estrato pré-latino, é também opção deste trabalho agregar os estratos pré-indo-europeus ou não indo-europeus aos que são indo-europeus. Esta opção é certamente discutível, mas, dada a falta de documentação, raramente se exclui nos nomes mais antigos a possibilidade de empréstimos ou transferências de elementos não indo-europeus terem sido assimilados no processo de indo-europeização do território hoje português em época anterior à conquista romana (a situação inversa também não se descarta). De qualquer modo, as formas integradas no elenco de nomes pré-latinos são analisadas na perspetiva

---

comum, donde resulta ser o estudo dos elementos toponímicos inseparável do estudo do léxico geral, antigo ou ainda contemporâneo. Trata-se de uma verdade que se manifesta ainda hoje em inúmeras incidências, em que um determinado topónimo se distingue dum nome comum homófono apenas pela maiúscula ortográfica, além, evidentemente, de uma alienação do sentido primitivo em favor do local. Quem se desloca a *Pontevedra* tem concretamente presente a capital da província respectiva, e não a antiga ponte que lhe proporcionou o nome, conceito totalmente obliterado, ou, quando muito, relegado no subconsciente. 3. Dito isto, cabe ainda frisar que, claro está, nem sempre um nome de lugar se patenteia através de uma simples associação deste com um termo comum consignado em dicionários gerais ou regionais […] 4. Uma primeira classificação provisória, das várias dezenas de milhar de nomes de lugar galegos pode firmar-se nos dois aspectos, a que acabamos de aludir, distinguindo "grosso modo" duas categorias: 1.º nomes de significação "transparente", como *Bouza* ou *Chá*(*n*), por um lado, e, 2.º nomes de significação "opaca", como *Graña* ou *Nendos*, pelo outro. Poderíamos dizer também nomes "falantes", em oposição a nomes "mudos". Considerem-se, pois, opacos ou mudos os topónimos, que não logramos relacionar no imediato com qualquer elemento do léxico geral-comum galego, seja qual for a sua origem. […]"

de as relacionar com raízes indo-europeias estabelecidas pela literatura, principalmente por Pokorny (1959-1969), Delamarre (1984) e Buck (1988[1949]); também não são ignorados os reportórios de Krahe (1964), nem os estudos e inventários de Bascuas (2002, 2006, 2014). São ainda consideradas as listas de sufixos de Guerra (1998), que tem a vantagem de ser um trabalho fundado nas fontes da Antiguidade e na crítica destas no âmbito da filologia clássica e da indo-europeística.

2.2 Estrato latino-romance

É um estrato de longa duração, que define o léxico comum português (cf. PIEL 1989, p. 9-16). Constituído fundamentalmente pela tradição latino-romance de procedência galaica (em sentido lato, galego-português), integra também elementos de um ramo meridional, identificado com o chamado romance moçárabe ou romance andalusi do ângulo sudoeste peninsular. No estrato galaico, a que grande parte do léxico comum português dá continuidade, incluem-se nomes relacionáveis, por conversão ou derivação afixal, com itens do léxico comum patrimonial latino, bem como nomes resultantes, por conversão ou derivação afixal, de itens do léxico comum pré-latino ou não-latino que se integrou no léxico latino-romance do noroeste hispânico.[13] Quanto ao romance meridional (o chamado romance moçárabe ou romance andalusi), tem descritores semelhantes ao estrato de origem galaica, mas distingue-se deste por não partilhar certas inovações e por evidenciar interferências dos dialetos árabes (e eventualmente berberes). Entre os traços que a literatura mais destaca como típicos dos dialetos romances meridionais conta-se a conservação do -*n*- e do -*l*- intervocálicos latinos.[14] Assinale-se, porém, que não se define aqui um estrato latino-moçarábico separável do galego-português,

[13] Neste estrato, poderiam também integrar-se os itens comuns e a toponímia deantroponímica de etimologia germânica, porque, no noroeste peninsular, o peso das comunidades linguísticas germânicas terá sido escasso ou praticamente nulo, supondo-se que eram já capazes de comunicar em latim (em sentido lato, mas, pelo menos, na modalidade vulgar). Mesmo assim, opta-se por destacar a toponímia germânica num estrato próprio.

[14] Propõem-se traços caracterizadores, entre eles, a conservação de -*n*- e -*l*- latinos intervocálicos (cf CARVALHO, 1959; TEYSSIER, 1982, p. 15-16; CARDEIRA, 2006, p. 34-35; CASTRO, 2006, p. 62-64; BROCARDO, 2014, p. 100-101). Para uma proposta de inventário dos traços fonomorfológicos dos dialetos romances do antigo condado de Coimbra, ver Azevedo (2005).

por nem sempre poder identificar-se com segurança os traços específicos dos dialetos românicos do Gharb Al-Andalus. Parece preferível incluir os vestígios de tais dialetos no *continuum* dialetal da latinidade hispânica tardia, que interagiu constantemente quer com as formas romances do sistema galego-português quer com o árabe em toda a sua variação.

A estratigrafia aqui proposta tampouco considera um estrato português – «os nomes portugueses propriamente ditos» de Vasconcelos (1931, p. 139-148) – em contraste com os demais. Como acontece com os hidrónimos franceses (cf. LEBEL, 1956, p. 8), poderia considerar-se um estrato português também subdivisível em etapas medieval e moderna. Contudo, a tarefa de distinguir tais estratos secundários é uma operação que terá em conta a repartição dialetal do português desde os seus primórdios galaicos até à consolidação territorial do reino de Portugal, a que se soma a questão da periodização histórica do português. Mas a razão de assim se proceder reside sobretudo na falta de clara diferenciação entre o léxico comum latino-romance e o léxico comum de um eventual estrato exclusivamente português. Na verdade, do ponto de vista da variação diatópica, os arcaísmos do português médio, clássico ou contemporâneo, tomados individualmente ou em subconjuntos, continuam a inscrever-se no fundo latino-romance galaico ou hispânico, como vários estudos de Piel evidenciaram (por exemplo, PIEL, 1989, p. 11-12). Se ressalta alguma distinção entre a camada latino-romance e a "camada" portuguesa, ela parece ser mais operativa na perspetiva de uma periodização do português do que na atribuição estratigráfica de certos itens lexicais, que, embora se tenham fixado na toponímia parecendo opacos a muitos falantes contemporâneos, ainda subsistem dialetalmente e neste âmbito ainda são transparentes.

2.3 Superstrato germânico

Trata-se de um estrato de características difusas, pela dispersão temporal dos itens correspondentes: configura uma primeira fase, suevo-visigótica, documentada por itens mais especificamente galegos como *lobio* e *laberca*, ou mais generalizados à Península, caso de *espeto* ou *roupa* (FERREIRO, 2001); uma segunda fase, da Reconquista (séculos VIII-XI), marcada pela expansão da toponímia deantroponímica visigótica no noroeste peninsular; e uma terceira, muito indireta, coincidente com o incremento da influência linguística do galo-romance (cf. PIEL; KREMER, 1977; PIEL, 1989; BOULLÓN AGRELO, 1999).

Observe-se que o impacto germânico na antroponímia e, depois, na toponímia não indicia uma verdadeira situação de contacto linguístico, na sequência de uma eventual implantação de dialetos germânicos no território português. As fontes consultadas são omissas quanto à possibilidade de se terem verificado usos continuados desses dialetos. Não terá havido, pois, sequer condições para uma germanização ou para uma interferência germânica com a mesma profundidade com que se repercutiu a arabização. No exame dos hidrotopónimos selecionados apenas se tem em consideração a segunda fase, a da toponímia de origem visigótica.[15]

2.4 Superstrato árabe

Documentado tanto na onomástica (antroponímia e toponímia) como no léxico comum, este superstrato abrange, no entanto, formas híbridas que dificultam a identificação dos formantes do árabe, o qual, na Península Ibérica, evidencia uma importante variação diatópica (cf. CORRIENTE, 2003). No intuito de identificar hidrónimos árabes ou arabizados e a sua distribuição geográfica, impõe-se definir critérios para a sua recolha. Advirta-se que a identificação de um nome árabe ou arabizado é igualmente mais segura se se apoiar nas atestações disponíveis nas fontes medievais existentes, árabes ou românicas, requisito que nem sempre é possível satisfazer. Mesmo assim, cumpre atender a alguns aspetos linguísticos, que a seguir se enumeram (cf. AZEVEDO, 2005):

> – Os nomes começados por *al-* são geralmente de origem árabe, embora se registem itens sem tal etimologia, como apontou Asin Palacios (1940, p. 24).[16] Assinale-se que a forma *al-*, representativa do artigo definido árabe, pode estar reduzida a *a-* devido a alomorfia decorrente da assimilação da consoante lateral [l] do artigo a certas consoantes no início da palavra seguinte (as chamadas consoantes solares na terminologia gramatical

[15] Sobre a provável origem gótica da antroponímia e topoantroponímia alto-medievais do noroeste peninsular, declarava PIEL (1989, p. 151): "[…] nada há na forma dos topónimos respectivos [do NO da Península] que faça supor uma origem que não seja a goda, e que a sua grande maioria ascende, não ao período do assentamento dos germanos no solo da Hispânia, mas à época asturo-leonesa das presúrias […]."

[16] Por exemplo, *albergue* é palavra de origem germânica passada ao português pela via do provençal antigo (MACHADO, 1987); *Alvão* (Vila Real) remonta ao antropónimo *Albanus* (MACHADO, 2003).

árabe).[17] No vocabulário comum e nos nomes próprios encontram-se casos ilustrativos desta assimilação (ver MACHADO, 1987, 1991, 2003; HOUAISS; VILLAR, 2001): *adarve* (árabe hispânico *ad-dar* 'caminho, desfiladeiro, ruela'), *Açacaias* (Santarém; *as-saqāiā* 'regueiro, arroio, fio de água no fundo de ravina'), *anadel* (arcaísmo 'chefe, comandante de uma companhia de besteiros ou de espingardeiros'; de *an-naZir* 'que olha, que contempla; inspector, intendente, vigilante, guarda das vinhas; administrador'); *Arrábida* (Setúbal, Porto; *ar-rabiTâ* 'convento fortificado para guardar a fronteira'); *atalaia/Atalaia* (*aT-Talā'a* 'sentinela'), *Azóia* (*az-zauiâ* 'canto, ermida, capela onde está enterrado um santo ou um morábito').[18]

– O elemento *ode-* é a forma portuguesa de *wadi-* 'rio', 'vale' (FERNANDES et al. 2006, p. 69). Na atualidade, os topónimos *Odesseixe* e *Odemira* testemunham a autonomia morfológica de *ode-*, quando contrastados com os hidrónimos *Seixe* e *Mira*.[19] Note-se, contudo, que a forma *Guadiana*, que substituiu a mais antiga, *Odiana*, apresenta a variante *guadi-*, de transmissão castelhana.[20]

– A antroponímia árabe também se fixou na toponímia portuguesa, sendo reconhecível em nomes especialmente frequentes no Sul, começados em *bem-*/*ben-* ou *bu-* (respetivamente, de *ibn*, 'filho' e *ab-*, 'pai') e seguidos ou não de elemento etimologicamente árabe: *Beniça* (Sines), *Benafátema* (Silves), *Benamola* (Loulé), *Bensafrim* (Lagos), *Buçalfão* (Évora). Estes elementos podem sofrer distorções como sucede no caso de *Bela Mandil*, em Olhão (MACHADO, 1991). Outros nomes há de configuração não tão fácil de reconhecer; p. ex.: *Ceide* (Vila Nova de Famalicão), provavelmente de *sāid*, 'chefe, senhor, príncipe' (MACHADO, 2003). Estes nomes revelam variação decorrente da sua adaptação morfológica e fonológica aos dialetos do território de Portugal continental.

– Contam-se também nomes de rios que não tendo, em última análise, etimologia árabe, revelam a interferência fonológica árabe, como é o caso de *Tejo* e talvez *Erges* (Beira Baixa): a frequente substituição de *g* latino pela africada pré-palatal /ǧ/ do árabe (cf. CORRIENTE,

---

[17] CORRIENTE (2002, p. 60) explica que assimilação se dá diante das consoantes dentais /t/, /d/, /ṭ/, /ḍ/, /n/, /l/, /r/, das alveolares /t̲/, /d̲/ e /z̲/, das alvéolo-pré-dorsais /s/, /z/, /ṣ/ e da pré-palatal surda /š/ (classificação e notação do autor em referência).

[18] Os étimos árabes seguem aqui o "método de transcrição" proposto por Machado (1987).

[19] Sobre *wadi-*, ver TERÉS (1986, p. 31).

[20] *Guad-* é forma predominante em regiões dialetalmente castelhanas, mas também nas mais ocidentais pode ocorrer *od-* (*Odiel*, na província de Huelva).

2002, p. 23) ocorreu no primeiro hidrotopónimo (MACHADO, 2003) e provavelmente no segundo (MACHADO, 2003). Em *Tejo* é também de referir o fenómeno do imala, que consiste na elevação de /a/ a /e/ ou /i/ (MACHADO, 2003; cf. *Tajo*, em castelhano, sem imala). Deve-se ainda mencionar *Cacela*, de *Castellum*, com substituição de *-um* por *–a* e simplificação de *-st-* latino como [s] (LOPES, 1968, p. 23).

– Impõe-se não confundir a toponímia portuguesa formada no período da permanência árabe com a toponímia que resulta do uso do vocabulário comum de origem árabe na nomeação do espaço e de acidentes geográficos.[21]

– Pode ainda pôr-se a possibilidade de se encontrarem nomes que são tradução de um nome anterior em árabe (terão os vários rios *Mel* que tem que ver com *wadi al-'asal*, que descreve a água como doce, por oposição a rio Salado? Cf. ASÍN PALACIOS, 1940, p. 24).

– Convém também assinalar que alguns hidrotopónimos podem retirar o seu nome de adjetivações, suscetíveis ou não de se terem convertido em antropónimos. O caso de *Almançor* mostra como um particípio não agentivo, neste caso usado com artigo, pode ocorrer como nome próprio (TERÉS, 1992, p. 29).

3 Distribuição estratigráfica e regional dos hidrotopónimos por estratos e regiões

A interpretação e classificação dos hidrotopónimos permitem definir a distribuição regional e estratigráfica que se apresenta na tabela 1. Esta quantifica e cruza a categorização estratigráfica e a distribuição regional (por distritos) dos hidrotopónimos. Pode-se assim observar que a distribuição regional repete os contrastes que a literatura tem assinalado, designadamente em relação à crescente marca arábica ou arabizante de norte para sul, a qual pode, nos distritos mais meridionais, igualar a frequência de casos de origem latino-romance, como ocorre nos distritos de Beja e Faro.

[21] Já em 1918 Leite de Vasconcelos fazia essa advertência (VASCONCELOS, 1918, p. 63): "[…] [N]ão devemos iludir-nos com palavras como *Alcaide*, *Aldeia*, *Atalaia*, *Azenha* que são ou foram do léxico quotidiano de todo o país, e que podem ter sido aplicadas como designações geográficas já depois de introduzidas nele […]. Nas mesmas circunstâncias estão palavras como *Albufeira* e *Almargem*, que são da lingoa meridional, ou, ao mesmo tempo, da do Sul e da da Beira."

TABELA 1 – Distribuição dos hidrotopónimos por distrito e por estratos

		obscura		**pré-latino**		**germânico**		**árabe**		**latino-romance/ português**		**totais**
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Viana do Castelo		10	16,13%	6	9,68%	2	3,23%	0	0,00%	44	70,97%	62
Braga		7	16,28%	6	13,95%	3	6,98%	0	0,00%	27	62,79%	43
Porto		3	10,00%	3	10,00%	1	3,33%	0	0,00%	23	76,67%	30
Vila Real		15	33,33%	1	2,22%	0	0,00%	0	0,00%	29	64,44%	45
Bragança		1	4,76%	5	23,81%	0	0,00%	0	0,00%	15	71,43%	21
	Norte	**36**	**17,91%**	**21**	**10,45%**	**6**	**2,99%**	**0**	**0,00%**	**138**	**68,66%**	**201**
Aveiro		3	6,25%	10	20,83%	2	4,17%	1	2,08%	32	66,67%	48
Viseu		9	16,98%	8	15,09%	1	1,89%	1	1,89%	34	64,15%	53
Guarda		4	21,05%	8	42,11%	0	0,00%	1	5,26%	6	31,58%	19
Coimbra		5	26,31%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	14	73,68%	19
	Centro-Norte	**21**	**15,11%**	**26**	**18,71%**	**3**	**2,16%**	**3**	**2,16%**	**86**	**61,87%**	**139**
Leiria		5	6,98%	3	11,63%	0	0,00%	4	9,30%	31	72,09%	43
Castelo Branco		4	44,44%	1	11,11%	0	0,00%	2	22,22%	2	22,22%	9
Lisboa		9	24,32%	0	0,00%	0	0,00%	4	10,81%	24	64,86%	37
Santarém		2	14,29%	1	7,14%	0	0,00%	3	21,43%	8	57,14%	14
	Centro	**20**	**19,42%**	**5**	**4,85%**	**0**	**0,00%**	**13**	**12,62%**	**65**	**63,11%**	**103**
Setúbal		0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	75,00%	4
Portalegre		3	60,00%	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	5
Évora		4	44,44%	0	0,00%	0	0,00%	4	44,44%	1	11,11%	9
	Centro-Sul	**7**	**38,89%**	**3**	**16,67%**	**0**	**0,00%**	**4**	**22,22%**	**4**	**22,22%**	**18**
Beja		4	36,36%	1	9,09%	0	0,00%	2	18,18%	4	36,36%	11
Faro		4	44,44%	1	11,11%	0	0,00%	2	22,22%	2	22,22%	9
	Sul	**8**	**40,00%**	**2**	**10,00%**	**0**	**0,00%**	**4**	**20,00%**	**6**	**30,00%**	**20**
Perfil nacional		**92**	**19,13**	**57**	**11,85**	**9**	**1,87**	**24**	**4,99**	**299**	**62,16**	**481**

Fonte: Rocha (2017)

Quanto aos hidrotopónimos constituídos por elementos de origem germânica, tão abundantes na toponímia deantroponímica característica do terço norte português (cf. PIEL, 1933-1944; PIEL; KREMER, 1977; PIEL, 1989), revela-se tal contributo escasso para o conjunto de hidrotopónimos analisados. Com efeito, registam-se apenas 9 casos (1,82%), praticamente limitados aos distritos de Aveiro, Viseu, Porto, Braga e Viana do Castelo, ou seja, especialmente concentrados no ângulo noroeste do território continental português. Além disso, esse impacto parece traduzir-se somente em hidrotopónimos secundários, isto é, em nomes de rios provavelmente resultantes da determinação de topónimos deantroponímicos preexistentes. Exemplos como os de *Eiriz* (Porto), *Froufe* (Viana do Castelo) ou *Guisande* (Braga), que são também nomes de lugar, corresponderão historicamente a situações em que os povoados e os topónimos respetivos tiveram a função de localizar e referenciar os cursos de água hoje identificados por tais hidrotopónimos.

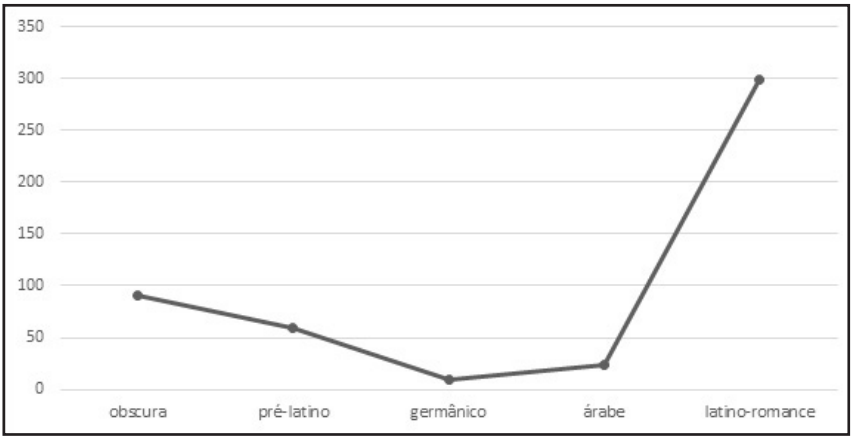
É igualmente de relevar que dos 481 hidrotopónimos aqui em estudo, só 38 (7,88%), se reportam a cursos de água a sul do Tejo; e mesmo que, neste cômputo, se incluam distritos a norte do Tejo que se encontrem imediatamente a sul do sistema Montejunto-Estrela – Lisboa, Santarém e Castelo Branco, contribuindo com mais 60 nomes –, o total de 98 hidrotopónimos (38+60) não chega a um quarto (20,33%) da nomenclatura selecionada.[22] Esta discrepância tem, como foi dito, uma explicação climatológica clara, assente no facto de, quanto mais ao sul, em terreno relativamente pouco acidentado e com precipitação menos significativa e constante, serem menos frequentes os rios com caudal regular.

O gráfico 1 representa a distribuição dos hidrotopónimos aqui estudados por estratos linguísticos.

---

[22] Note-se, contudo, que o distrito de Lisboa alinha com Leiria e distritos mais a norte, já que conta com 37 hidrotopónimos, assim refletindo condições geográficas de importante influência atlântica. Esta observação vai, portanto, ao encontro da perspetiva geomorfológica de H. Lautensach, que sugeria a inclusão da península de Lisboa e grande parte da de Setúbal na parte setentrional de Portugal (cf. RIBEIRO; LAUTENSACH; DAVEAU, 1987, p. 135).

GRÁFICO 1 – Distribuição dos hidrotopónimos de Portugal continental por estratos linguísticos (frequências absolutas)



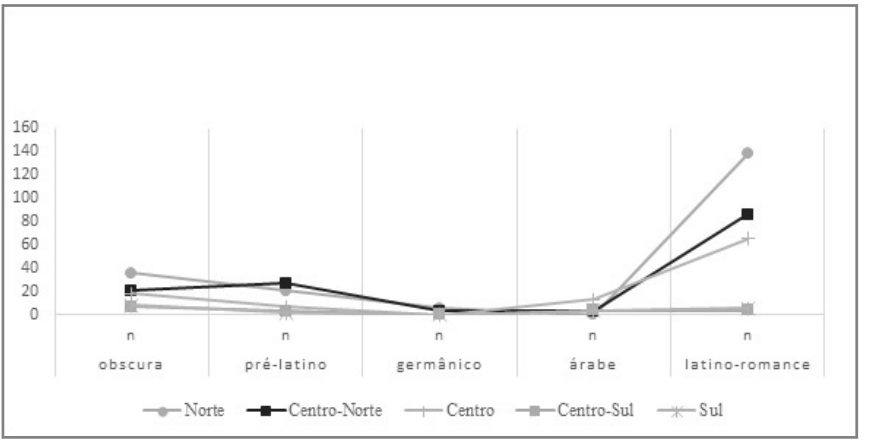
O gráfico 1[23] permite visualizar o facto de o estrato latino-romance (abrangendo os períodos mais recentes, já portugueses) ter grande expressão (299 hidrotopónimos, ou seja, 62,16%), seguido de longe pelos estratos pré-latino (59 hidrotopónimos que correspondem a 12,27%) e árabe (24, isto é 4,99%), enquanto o estrato germânico tem representação diminuta (9 nomes, formando 1,87%). Note-se que a tabela 1 e o gráfico 1 também se referem aos hidrotopónimos de origem obscura, isto é, a um conjunto de hidrotopónimos de estrato não identificável, completamente ausentes das fontes consultadas ou não contextualizáveis mesmo por comparação com topónimos de regiões extraportuguesas, os quais alcançam uma frequência importante (90 nomes, isto é, 18,71% do conjunto).

Regionalmente, a distribuição dos hidrotopónimos não se afasta grandemente da tendência nacional representada no gráfico 1, a não ser no que diz respeito ao estrato árabe, ausente a norte do Douro,

[23] Na tabela 1 e no gráfico 1, os valores do estrato latino-romance figuram depois dos valores correspondentes aos superstratos germânicos e árabes. Esta forma de apresentação é certamente discutível, uma vez que o estrato latino-romance é concebível e visualizável como uma camada intermédia de base, sobre a qual se depositam os elementos germânicos e árabes (superstratos). Contudo, a representação em causa não é desadequada, se se considerar que o estrato latino-romance, pela sua temporalidade, mais dilatada, sobrepõe-se a esses superstratos, prolongando-se por períodos mais tardios até ao português contemporâneo.

evidenciado por alguns casos até ao Mondego, mas claramente mais bem representado a sul deste último rio. O gráfico 2 permite visualizar tal diferença, distinguindo cinco regiões: Norte, Centro-Norte, Centro, Centro-Sul e Sul. Esta distinção tem a desvantagem de as regiões mais meridionais contarem poucas ocorrências e, portanto, ocasionarem distorções percentuais. De qualquer modo, a distribuição aponta claramente para uma maior frequência de nomes de origem árabe ou arabizados nas regiões do centro, do centro-sul e do sul de Portugal continental, embora nestas zonas seja também de salientar o grande número de hidrotopónimos cuja origem é obscura, não se relacionando com clareza com unidades ou traços linguísticos identificativos ou típicos dos estratos em discussão.

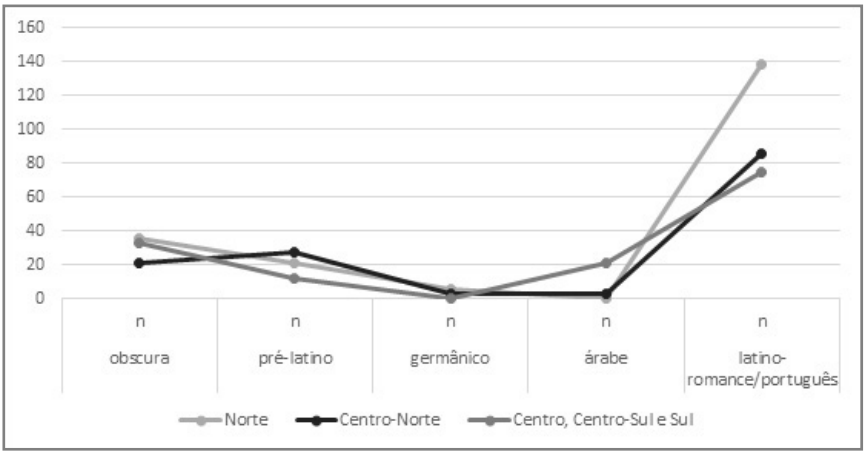
GRÁFICO 2 – Distribuição dos hidrotopónimos de Portugal continental por regiões e estratos (frequências absolutas)



De modo a equilibrar amostras, agregaram-se os hidrotopónimos das regiões do Centro, do Centro-Sul e do Sul, conforme se representa no gráfico 3. A junção dos grupos correspondentes às referidas regiões não altera substancialmente o que foi dito com base na observação do gráfico 2; por outras palavras, no conjunto formado pelos distritos de Leiria, Castelo Branco, Lisboa, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, o estrato árabe está representado por mais hidrotopónimos do que nos outros distritos (21 hidrotopónimos, ou 14,89%); mesmo assim, mantém-se elevado o número de hidrotopónimos sem filiação segura e, portanto, classificados como obscuros. Refira-se, no entanto, que a

junção dos hidrotopónimos dos distritos mais meridionais de Portugal continental numa única classe permite aproximar a frequência dos nomes do estrato latino-romance da dos distritos do Norte e do Centro-Norte. Esta observação explica-se pelo facto de a junção dos rios de Leiria e de Lisboa corresponder a um quantitativo apreciável, com a particularidade de ter associados hidrotopónimos criados no estrato latino-romance, muito provavelmente atribuídos no período galego-português ou mais tarde, já em períodos linguísticos plenamente portugueses.

GRÁFICO 3 – distribuição dos hidrotopónimos de Portugal continental por regiões e estratos linguísticos



A frequência significativa dos nomes de origem obscura nas regiões centro, centro-sul e sul, tal como é representada nos gráficos 2 e 3, pode enquadrar-se na dificuldade em inscrever os constituintes dos hidrotopónimos mais meridionais, por um lado, numa família ou sub-ramo linguísticos e, por outro, na alteração que a variação do romance e do árabe andalusis terão determinado em morfemas eventualmente cognatos ou afins dos que participam na constituição dos nomes do Centro-Norte e do Norte.

Verifica-se, portanto, que, dos pontos de vista estratigráfico e quantitativo, os hidrotopónimos em discussão se dispõem hierarquicamente do seguinte modo:

> 1.º – Hidrotopónimos de origem latino-romance, frequentes em todo o território continental.
>
> 2.º – Hidrotopónimos pré-latinos menos frequentes, dispersos por todo o território.
>
> 3.º – Nomes árabes ou provavelmente arabizados com distribuição menos generalizada: a partir da margem esquerda do Douro, ocorrem esporadicamente na região Centro-Norte (são exemplos *Alfusqueiro*, em Aveiro, ou *Múceres*, em Viseu), tornando-se numerosos no Centro, no Centro-Sul e no Sul, onde é típica a hidrotoponímia prefixada por *ode-* ou *odi-* (*Odeleite*, *Odivelas*).

Desta classificação, excluem-se os hidrotopónimos relacionáveis com o estrato germânico, porque estes ocorrem apenas secundariamente, como nomes de antiga função determinativa, alusivos a topónimos preexistentes com origem na antroponímia germânica (visigótica).

Importa salientar o grupo sem atribuição estratigráfica segura, constituído por 92 hidrotopónimos (19,13%), número significativo e que, de alguma forma, reflete como os nomes próprios e, em especial, os topónimos estão sujeitos a alterações irregulares que os tornam opacos, sem que este resultado tenha de indiciar uma origem remota pré-latina. Esta categoria inclui nomes cuja etimologia não pôde ser determinada com a probabilidade necessária, porque os respetivos constituintes, intervindo neles processos fonológicos e analógicos suscetíveis de obscurecerem a sua filiação, não têm identificação clara e são, portanto, atribuíveis a qualquer época. A variação diatópica pode, aliás, evidenciar casos de substituição de segmentos que a norma-padrão não integrou: dê-se o exemplo da substituição de líquidas em *Filvida* (distrito de Aveiro) – muito provavelmente de *Fírveda*, nos concelhos de Amarante e Peso da Régua, ou *Fírvida*, no concelho de Marco de Canaveses (cf. MACHADO, 2003 s. v. *Fírveda*) –, caso que deverá relevar de uma tendência regional que não parece ter afetado outras modalidades linguísticas. Alguns hidrotopónimos podem ser total ou parcialmente identificados com elementos mórficos de origem indo-europeia (pré-latina ou não latina – p. ex. *Beça*, *Pele*, *Xarrama*, *Tera*); outros podem enquadrar-se em estratos mal conhecidos, pré-indo-europeus ou não indo-europeus (p.ex. *Sizandro*), incluindo até elementos arábicos ou berberes não facilmente reconhecíveis (p. ex., *Séqua*); finalmente, contam-se casos em que a configuração mórfica tem um "ar de família" latino-romance, mas

resistem a uma filiação rigorosa (p. ex., *Arado*, em Braga, ou *Vigues*, em Aveiro). Contudo, é possível juntar grande parte deste conjunto ao grupo estratigráfico pré-latino, se se flexibilizarem os critérios de identificação dos elementos pré-latinos, por exemplo, aceitando propostas como as de Bascuas (2002, 2006, 2014) sobretudo respeitantes ao território atualmente galego. Se assim se proceder, o grupo pré-latino pode ascender a cerca de 30% da nomenclatura hidrotoponímica aqui em exame.

De qualquer maneira, observe-se que no contexto estrito da hidrotoponímia, fora da sua intrínseca solidariedade com toda a toponímia, conforme se configura na tabela 1 e nos gráficos 1, 2 e 3, uma classificação etimológica como a de Vasconcelos (1931, p. 139-148) vê reduzir-se o seu número de classes, principalmente pelo pouco expressivo impacto dos nomes de origem germânica, aliado à adoção de critérios inspirados em Lebel (1956), os quais levam a conceber um estrato latino-romance cronologicamente mais dilatado e, portanto, mais abrangente. Pode, portanto, propor-se uma estratigrafia dos nomes de rios portugueses alternativa à de Vasconcelos (1931), conforme a apresentada no lado direito do quadro 2.

QUADRO 2 – Comparação da tipologia de Vasconcelos (1931) com uma proposta de caracterização estratigráfica da hidrototoponímia de Portugal continental

Tipologia etimológica de VASCONCELOS (1931: 139-148)	**Proposta de caracterização estratigráfica da hidrotoponímia de Portugal continental**
nome pré-romanos	estrato(s) pré-latino(s)
nome romanos	estrato latino-romance
nomes germânicos	
nomes arábicos[24]	estrato arábico
nomes de procedência vária	
nomes portugueses propriamente ditos	

[24] Leite de Vasconcelos define três zonas em função do grau arabização (VASCONCELOS, 1931, p. 143-147): a norte do Douro, com pouca influência arábica; entre Douro e Mondego e a sul deste rio (comarca da Beira), zona que pertenceu "do século VIII e XII, ora aos Árabes, ora aos Cristãos"; Estremadura e região a Sul do Tejo.

Neste quadro, o termo *pré-latino* poderá ocorrer no plural, uma vez que o multilinguismo ou o multidialetalismo da mesma família (ou subfamília) linguística constituiriam a situação linguística anterior à romanização e, depois, até certo ponto, dela contemporânea. No mesmo quadro, o estrato latino-romance da coluna da direita corresponde a diferentes tipos etimológicos de nomes, com a exceção dos criados por comunidades arabófonas; agrupam-se, pois, com o fundo latino elementos e morfemas do léxico comum que a literatura tem identificado separadamente, como sejam, os dos dialetos germânicos que a onomástica e a toponímia identificam sobretudo no noroeste português, bem como os do chamado romance moçárabe (ou, como propõe CORRIENTE, 2003, o romandalusi), que durante séculos terá sido o veículo privilegiado de transmissão de um conjunto de itens a que Piel (1989, p. 12/13) chamou o "aluvião lexical árabe". Tal não obsta a que o quadro 2 apresente uma camada árabe bem individualizada do ponto de vista onomástico e toponímico, representativa da interferência ou do uso efetivo da língua arábica pelas populações do ângulo sudoeste da Península Ibérica. Este estrato é marcado quer pela toponímia deantroponímica, com impacto mesmo a norte do Douro (cf. SERRA, 1967), quer por itens do léxico comum que não terão sido absorvidos pelo estrato fundamentalmente latino.

4 Homogeneidade da macro-hidrotoponímia vs. heterogeneidade da microtoponímia

Uma dimensão relevante para entender a estrutura da hidrotoponímia de Portugal continental é a da extensão dos rios nomeados. Esta pode ter pertinência para a interpretação etimológica de cada nome, permitindo identificar dois subgrupos no conjunto dos hidrotopónimos comentados. Assim, quando se trata das denominações dos rios mais extensos (tipo I), estudos e comentários avaliam parte como património onomástico arcaico,[25] sobretudo, com maior presença na tradição político-administrativa; os nomes de rios menos extensos (tipo II) e com menor relevância histórico-administrativa teriam estado mais

[25] Leia-se, por exemplo, a seguinte observação de Silveira (1940, p. 383), a propósito do hidrotopónimo *Dão*: "Quási todos os nomes dos nossos rios de algum vulto, salvo os de proveniência arábica, do sul, pertencem às línguas indígenas pré-romanas; e, desconhecendo nós estas, é muito incerto tudo o que se possa dizer sobre o seu sentido."

expostos a mudanças. Tais tendências são apontadas por Moralejo (2007), quando, no contexto galego, opõe macro-hidronímia a micro-hidronímia:

> § 5. Para el inventario de hidronimos prerromanos es básica la macrohidronimia, es decir, Duero, Limia, Mino, Lerez, Ulla, Tambre, Mandeo, Mero, Eume, Sor, Eo, Navia... y algunos de sus afluentes mayores -Avia, Arnoia, Deva, Pambre, Sil, Tea...- mientras en la microhidronimia abunda lo románico, tal como puede confirmarse en una primera ojeada al mapa e índice antes citados; pero sin que falte material prelatino notable, incluso como léxico comun. En esa ojeada se hace también patente el escasísimo número de hidrónimos de origen germánico, que ademas pueden ser hidrónimos secundarios (tipo rio de Saa, del germánico *sala* común y toponímico). A fin de cuentas, la primera impresión que se obtiene de una lista hidronímica galaica parece la misma y axiomática que en otras areas: mayor profundidad temporal y estabilidad de la macrohidronimia, mayor renovación y modernidade de la microhidronimia. (MORALEJO, 2007, p. 103)

Pela antiguidade da sua associação a rios portugueses ou outros acidentes geográficos, o tipo I dos hidrotopónimos aqui recolhidos vai, portanto, ao encontro do que Moralejo denomina *macro-hidronímia.* Com efeito, neste grupo é nítida a predominância de nomes de origem pré-latina, confirmando uma tendência que se encontra na maior parte da Península Ibérica e noutras regiões onde se implantaram línguas romances. Nos rios de menor extensão, porém, há maior diversidade estratigráfica, podendo os nomes ser muito mais recentes.

Assim, em 18 hidrónimos do tipo I, estão atestados, direta ou indiretamente, ou em fontes da Antiguidade (*Ave*, *Douro*, *Lima*, *Minho*, *Mondego*, *Tâmega*, *Tejo*, *Vouga* e, parcialmente, *Guadiana*,[26]) ou em documentos medievais (*Alva*, *Cávado*, *Coa*, *Dão***,** *Sabor*). Este conjunto filia-se nos estratos pré-latinos, dada a dificuldade em os interpretar por intermédio de itens do léxico comum ou do onomástico do latim em geral e, em particular, do latim hispânico; também os casos de atestações unicamente medievais não se enquadram nem na antroponímia germânica,

[26] Na verdade, *Guadiana* é um composto e, portanto, é o elemento -*ana* que se considera para o agrupar aos outros hidrotopónimos mencionados, atendendo que são as formas *Ana* ou *Anas* as que se encontram atestadas nas fontes da Antiguidade (cf. GUERRA, 1998, p. 278-280).

nem entre as unidades de origem árabe. Restam quatro hidrónimos – *Mira, Sado, Sorraia,*[27] *Zêzere* –, dos quais três terão origem obscura, ainda que provavelmente se inscrevam entre os nomes pré-latinos; só *Sado* parece encontrar-se fora deste conjunto, numa relação pouco provável quer com os estratos pré-latinos quer com o fundo latino. Importa também assinalar que três dos quatro casos que levantam maiores dúvidas quanto à sua origem – *Sorraia*, *Sado* e *Mira* – constituem, com *Tejo* e *Guadiana*, o reduzido elenco hidronímico de tipo I na metade meridional de Portugal, o qual é reflexo dos já mencionados condicionalismos de clima e terreno, que tornam a rede fluvial menos densa. A estes fatores físico-geográficos, alia-se a prolongada interferência do árabe, a qual, face à falta de documentação que permita reconhecer ou supor uma continuidade na transmissão, obscureceu a relação e, noutros casos, operou uma verdadeira rutura com as séries toponímicas características dos estratos pré-latino e latino-romance.

Já pela heterogeneidade se pautam os hidrototopónimos que se aplicam a rios de menor extensão (de 20 a 100 km). Com efeito, este conjunto – tipo II – inclui nomes que tanto remontarão à Antiguidade como poderão já atribuir-se aos períodos históricos da língua portuguesa. Aumentando o número de nomes em análise, aumenta também, portanto, a diversidade estratigráfica da sua distribuição, como salientam as secções adiante desenvolvidas.

5 Tipologias de génese e transmissão dos hidrotopónimos

Como foi dito na secção 3, a tabela 1 sugere o predomínio de nomes de configuração reconhecida como indo-europeia (pré-latina ou já latina) nas regiões Norte e Centro-Norte, tendência que se esbate no Centro, Centro-Sul e Sul quer pelo número de nomes de origem obscura quer pelo dos nomes de proveniência ou interferência árabes (cf. gráfico 3). Com os hidrotopónimos meridionais mais arcaicos – por exemplo, *Tejo*, *Guadiana* ou *Arade* – a análise seria mais adequada se considerasse o nome enquanto resultado da interação de dois modos de transmissão que moldaram a forma atual. Trata-se, por um lado, da influência latina e mais

[27] *Sorraia* é um caso de aglutinação de dois nomes, *Sor* e *Raia*, este, aparentemente mais recente, talvez de um item integrável no estrato latino-romance, e aquele, possivelmente pré-latino.

tarde romance, nas suas variedades diatópicas, que se podem agrupar em dois grandes sistemas, o galego-portuguesa e o meridional, geralmente chamado moçárabe. Por outro lado, conta-se a interferência do árabe, nas suas variedades andalusis, atuando como estrato que se apropriou de formas eventualmente modificadas pelos dialetos românicos meridionais e as transmitiu ao português. A distinção dos vários estratos linguísticos por que passaram os hidrotopónimos a sul da bacia do Mondego deveria, pois, corresponder em rigor a uma sequência temporal constituída por quatro fases de transmissão: a latina, incluindo o período germânico; a moçárabe ou românica meridional, que pode refletir o contacto com o árabe; a árabe, propriamente dita, que interferiu na transmissão de formas processadas ou não pelo dialetos moçárabes; e, finalmente, a partir dos séculos XI-XII, a galego-portuguesa ou já portuguesa medieval, que introduziu os seus sucessivos processos fonológicos característicos. O esquema em (1) representa esse encadeamento de fases em relação ao hidrónimo *Tejo*:

(1)	fase pré-latina	fase latina	fase árabe	fase portuguesa
	**tag-*	*Tagus*	*Tağu* (com imela)	*Tejo*

A sequência representada em (1) é a cadeia de transmissão típica de um hidrotopónimo da maior parte da região a sul do Tejo, onde a arabização estaria completa no início do século XIII (VICENTE, 2006, p. 32), seguida de uma rerromanização decorrente da Reconquista em meados do mesmo século. Sublinhe-se, porém, que as quatro fases referidas em (1) só parecem globalmente válidas para o território a sul do Douro; não o são em certas áreas a norte, apesar de a toponímia, em geral, e os hidrotopónimos, em particular, não desconhecerem elementos árabes ou arabizantes principalmente por via da antroponímia árabe (cf. SERRA, 1966). Assim, na região entre o Minho e o Douro (ou um pouco mais a sul, até ao Vouga) e, abrangendo talvez o distrito transmontano de Vila Real, são de admitir duas fases, a latina e a portuguesa medieval (ou galego-portuguesa) sem solução de continuidade, visto o processo de transmissão não ser permeado pela arabização. Nestas regiões, o encadeamento da transmissão dos nomes é mais simples que o representado antes em (1), conforme se ilustra em (2), a seguir:

(2)	fase pré-latina	fase latina	fase (galego-)portuguesa
	**Limia*	*Limia*	*Limia*, *Lima*

Cada fase é definida por adaptações morfológicas e fenómenos fonéticos específicos, as quais podem também ser esquematizadas conforme o quadro 5:

QUADRO 5 — Exemplos de cadeia etimológica de transmissão com identificação de traços fonológicos e morfemas intervenientes

	Radicais e afixos pré-latinos	estrato latino-romance		
		fase latino-romance	estrato árabe	fases galego-portuguesa/ portuguesa
		adaptação fonomorfológica	-imela; -substituição de /g/ por /dʒ/ ou /ʒ/	adaptação fonomorfológica
Tejo	**tag-*	Tagus	*Tağuh* (LOPES 1968, p. 115), *Tāŷo* (TERÉS, 1986, p. 158-159)	Tejo
Lima	**lim-*	Limia		Limia/Lima

5.1 Léxico vs. onomástico na génese da hidrotoponímia de Portugal continental

A génese ou criação dos hidrotopónimos aqui comentados envolve uma distinção aplicada por Martínez Lema (2010, p. 39-41) no contexto da toponímia galega e que se revela operativa também no âmbito deste trabalho, ainda que com certas adaptações. Trata-se do contraste entre a toponímia delexical, cuja base é constituída pelo léxico comum, e a toponímia deonomástica, resultante de nomes próprios preexistentes, incluindo até topónimos a darem secundariamente origem a novos topónimos.[28]

Este último caso é especialmente relevante para o estudo da hidrotoponímia do território de Portugal continental, dada a importância

[28] Como já se observou, a hidrotoponímia pode ter caráter secundário, por alusão ou transferência de toponímia já existente. Ver o que diz Moralejo (2007, p. 103) sobre o caso da Galiza.

da conversão de topónimos preexistentes em hidrotopónimos. Observe-se, aliás, que a hidrotoponímia eventualmente delexical sempre se distingue claramente da deonomástica, porque fitónimos ou mesmo hidrónimos são suscetíveis de se fixarem primeiro como nomes de lugar, para depois se converterem em hidrotopónimos. Verifica-se, por exemplo, que o hidrotopónimo *Teixeira*, que se encontra nos distritos de Braga, Porto, Aveiro e Viseu, é atribuível a nomes de lugar que posteriormente passaram também a identificar os cursos de água que por eles correm; igualmente o *rio Fervença* (Bragança) ou o *Marnel*, embora correspondentes a hidrónimos (*fervença*, *marnel*) que ainda hoje fazem parte do léxico comum português,[29] parecem estar associados a usos toponímicos prévios. No conjunto da hidrotoponímia continental portuguesa, destaca-se, portanto, a toponímia deonomástica, com especial relevo para a originária de topónimos, o que justifica que aqui se use o termo *detoponímico* de modo a assinalar esse tipo de génese. A classificação dos hidrotopónimos estudados de acordo com as duas categorias genéticas – delexical e detoponímico – permite definir a distribuição que se apresenta no quadro 6, a seguir:

QUADRO 6 – Hidrotoponímia delexical e hidrotoponímia detoponímica em Portugal continental (frequências absolutas)

delexical	167
detoponímica	241
tipologicamente ambíguo	73
Total	481

No quadro acima, confirma-se o destaque alcançado pelos hidrotopónimos de caráter secundário (detoponímico) no conjunto dos nomes de rios em discussão. Seguem-se os hidrotopónimos resultantes da denominação direta, os quais podem corresponder a itens adjetivais (no estrato latino-romance, tipicamente, *Frio*, *Grande*, *Mau* , *Resmungão, Sordo* ou *Torto*, entre outros itens adjetivais) ou a expressões determinativas que não parecem ter tido uso toponímico prévio (*Farbança*, *Horta*, *Ínsua*, entre outros). No entanto, é apreciável o número

[29] Cf. Figueiredo (1913).

de hidrotopónimos tipologicamente indefinidos a este respeito: trata-se de nomes de etimologia obscura, o que significa que para eles não se dispõe de elementos que lhes esclareçam a génese; e, podendo supor-se que são itens delexicais, não se descarta a eventualidade de corresponderem a hidrotopónimos secundários. Mas o que a importância da categoria detoponímica permite sobretudo evidenciar é que a hidrotoponímia não constitui um domínio autónomo no conjunto da toponímia de uma região ou de um país. Na verdade, a amostra de hidrotopónimos de Portugal continental aqui em discussão integra uma maioria de nomes que não apontarão para um sistema hidrotoponímico ou, pelo menos, um conjunto homogéneo, autónomo em relação à restante toponímia, nem mesmo em regiões onde se poderia supor mais enraizada a chamada toponímia paleoeuropeia ou do europeu antigo (cf. BASCUAS, 2002, 2006, 2014).

Uma última observação muito breve sobre a relação entre as duas categorias em causa e a proposta estratigráfica que também aqui tem sido discutida. Quase todos os estratos são representados por hidrotopónimos que remontam exatamente à época em que as línguas correspondentes estiveram ativas, mas, como foi dito, observa-se que os relacionados com o estrato germânico não apontam para um uso efetivo dos dialetos deste grupo linguístico. A existência de uma hidrotoponímia de origem germânica só se verifica de modo secundário, como subsidiária de outros topónimos, sobretudo de caráter fundiário, que encontra a sua génese nas condições da expansão do poder dos reis asturianos e, mais tarde leoneses.[30] Os hidrotopónimos que exibem radicais germânicos procedem, portanto, do deslocamento de um topónimo ou do alargamento do uso deste como determinativo, o que explica casos frequentes de duplicação, isto é, de situações em que nomes de lugar também se prestam a denominar rios: por exemplo, o nome de lugar *Zonho*, no distrito de Viseu, que parece explicar o hidrotopónimo *rio do Zonho*. A este título, no âmbito dos estratos pré-latino e latino-romance, também a relação entre *Vouzela* e *Zela*, no distrito de Viseu, é de mencionar, porque o segundo é com toda a probabilidade uma forma aferética da primeira, muito embora *Vouzela* tenha começado com grande probabilidade como um hidrónimo derivado de *Vouga*, ou melhor, sobre a forma **Vauca*.

[30] Não se entra aqui na questão controversa da denominação do reino cristão do noroeste ibérico, no qual a antiga Galécia lucense (mais de dois terços da atual Galiza) teve um papel político de relevo.

Cabe aqui retomar a tipologia de Lebel (1956), segundo a qual a hidronímia poderá ter caráter apelativo, descritivo ou determinativo. A interpretação das diferentes classes estratigráficas da hidrotoponímia portuguesa mostra que a motivação dos hidrotopónimos é bastante diversificada no estrato latino-romance, observação que já não se apesenta válida em relação ao estrato heterogéneo que é pré-latino. Com efeito, não se tendo desenvolvido na proto-história a vida urbana, é duvidoso que haja hidrotopónimos pré-latinos que se constituam por alusão a aglomerados urbanos, ao contrário do que verificamos na hidrotoponímia latino-romance, na qual são bastante abundantes os casos de toponímia por determinação nas fases mais tardias, já plenamente portuguesas. Sendo assim, os hidrotopónimos arcaicos ou proto-históricos (os que poderão ser abrangidos pela discussão do europeu antigo, conforme a proposta de KRAHE, 1964, e os estudos de BASCUAS, 2002, 2006, 2014) seriam todos eles decifráveis no contexto lexical, remetendo para os vocabulários hidronímicos das línguas arcaicas. Por outras palavras, a hidrotoponímia pré-latina não conheceria casos de motivação deonomástica, em contraste com a hidrototoponímia medieval. Contudo, o quadro não é assim tão linear, quando temos de ter em consideração quer a etnonímia quer a teonímia pré-romanas ou indígenas coevas da romanização. Faltará aqui uma investigação mais aprofundada da relação dos hidrotopónimos pré-latinos ou classificados como obscuros com o conjunto da teonímia e da etnonímia da faixa ocidental ibérica.

Tomando em consideração a tipologia proposta por Martínez Lema (2010), observa-se que apenas uma pequena parte – 90 (18,52%) – dos hidrotopónimos comentados correspondem a casos de continuidade toponímica ou desde a Antiguidade ou desde a Idade Média. Raros são os casos em que o hidrotopónimo atual se fixou por substituição de outro (5 hidrotopónimos, ou 1%). Mas um número muito significativo (233 nomes, correspondentes a 48% do reportório estudado) é constituído por casos de deslocamento ou de transferência de um topónimo como determinação do hidrotopónimo. Por outras palavras, são frequentes os nomes que resultam do uso de um topónimo preexistente como forma de identificar um curso de água. Saliente-se ainda que um número significativo (157, ou seja, 32,3%) tem características que impedem o seu claro enquadramento num dos tipos, por não haver elementos claros sobre a sua história, que tanto pode ser remota como recente.

Considerações finais

Apesar da estabilidade que vários autores supõem como característica definidora dos hidrotopónimos, o trabalho foi revelando que a nomenclatura recolhida é vulnerável à História, sendo, portanto, suscetível de alterações decorrentes da história da população de um território e da sua cultura. Se é verdade que a denominação dos grandes rios mantém raízes que vêm da proto-história, a hidrotoponímia mostra-se diacronicamente dinâmica, abrangendo hoje nomes cuja atribuição data da Idade Média, quer no contexto latino-romance quer no contexto árabe (durante muito tempo, em situação de diglossia com falares românicos), ou que só se terão fixado nos períodos mais tardios da língua portuguesa. Contam-se, portanto, vários casos de substituição, como o de *Celadus* (GUERRA, 1998, p. 387-388), por *Cávado*, logo na Alta Idade Média (v. *Cávado*); ou de extensão (considerando-a enquanto um tipo de deslocamento, conforme a conceptualização adotada por MARTÍNEZ LEMA, 2010), como parece ter acontecido com *Sado*, que, de nome de lugar ou de um troço do rio assim chamado, se generalizou a todo o curso fluvial; ou, ainda, o de *Alcoa* e *Baça* que provavelmente correspondem a uma reanálise pseudoerudita de *Alcobaça*. É certo que os nomes aqui comentados são já o resultado de uma seleção com propósitos administrativos, a qual teria de se submeter a um confronto com os usos regionais contemporâneos ou passados, comparação que já não foi possível concretizar neste trabalho.

Outra vertente da discussão leva a considerar que é justamente pelo contributo do estrato latino-romance no conjunto da hidrotoponímia portuguesa que se impõe à investigação escrutinar a toponímia de outras regiões da Península Ibérica, entre elas, aquelas que política e linguisticamente mais contacto direto tiveram com as populações portuguesas. Na faixa ocidental da península, a presença galega é a manifestação demográfica e linguística do avanço da Reconquista, pelo que nunca é de mais realçar o contributo dos estudos de toponímia galega, inestimável e imprescindível para compreender a história da toponímia setentrional portuguesa e a dos processos de designação associados.

Referências

AEBISCHER, P. Études de Stratigraphie Linguistique. *Romanica Helvetica*, Berna, Francke, v. 87, 1978.

ANDERSEN, H. (Ed.). *Language Contacts in Pre-History.* Studies in Stratigraphy. Amesterdão; Filadélfia: John Benjamins Publishers Company, 2003. Doi: https://doi.org/10.1075/cilt.239

ASÍN PALACIOS, M. *Contribución a la Toponimia Árabe de España*. Madrid: Imprenta de Estanislao Maestre, 1940.

AZEVEDO, M. L. *Toponímia moçárabe no antigo condado conimbricense*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.

BASCUAS. E. *Estudios de Hidronimia Paleoeuropea Gallega*. Santiago de Compostela: Servicio de Publlicacións e Intercambio Científico; Universidade de Santiago de Compostela, 2002.

BASCUAS. E. *Hidronimia y Léxico de Origen Paleoeuropeo en Galicia*. Corunha: Ediciós do Castro, 2006.

BASCUAS. E. *Novos Estudos de Hidronimia Paleoeuropea Galega*. Vigo: Universidade de Vigo, 2014.

BOLÉO, P. Os Estudos de Antroponímia e Toponímia em Portugal. *Revista de Portugal*, Coimbra, v. XVIII, n. 115, p. 145-152, 1953.

BOULLÓN AGRELO, A. I. *Antroponimia Medieval Galega (ss. VIII-XII)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1999. Doi: https://doi.org/10.1515/9783110909432

BROCARDO, M. T. *Tópicos de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

BUCK, C. D. *A Dictionary of Selected Synonyms in the Principal Indo-European Languages*. Chicago; Londres: Chicago University Press, 1988 [1949].

CAMPBELL, L.; MIXCO, M. J. *A Glossary of Historical Linguistics*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007.

CARDEIRA, E. *O Essencial sobre a História do Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

CARVALHO, A. F. Problemas da orogenia portuguesa – O Relevo da Orla Sudoeste do Planalto da Beira-Alta. [Comunicação feita à Academia das Ciências de Lisboa na sessão de l.ª classe, em 6 de fevereiro de 1930]. *Memórias e Noticias*, Coimbra: Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, n. 5, p. 3-16, 1930.

CARVALHO, J. G. H. Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. VIII, p. 277-284, 1959.

CASTRO, I. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL - CMP. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.

CIGeoE-SIG – Visualizador de Informação Geográfica do Instituto Geográfico do Exército. Disponível em: <http://www.igeoe.pt/igeoesig/>. Acesso em: 2017.

CORRIENTE, F. *Gramática Árabe*. Barcelona: Herder, 2002.

CORRIENTE, F. *Diccionario de Arabismos y Voces Afines del Iberromance*. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

CORTESÃO, A. A. *Onomástico Medieval Português* [separata do *Archeologo Português*, v. VIII e seguintes]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

DEE - DICIONÁRIO ELECTRÓNICO ESTRAVIZ. Disponível em: <http://www.estraviz.org/xanza>. Acesso em: 19 ago. 2013.

DELAMARRE, X. *Le Vocabulaire Indo-Européen.* Lexique Étymologique Thématique. Paris: Jean Maisonneuve Successeur, 1984.

DMP – AZEVEDO, R. P. *Documentos Medievais Portugueses – DMP. Documentos particulares, tomo III.* Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. *Documentos Medievais Portugueses - DMP. Documentos régios, v. I. Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, t. I e II. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958-1962.

DWORKIN, S. N. *A History of the Spanish Lexicon:* a Linguistic Perspective. Oxford: Oxford University Press, 2012. Doi: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199541140.001.0001

FERNANDES, A. A. *Toponímia Portuguesa*: Exame a um Dicionário. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999.

FERNANDES, M. A.; KHAWLI, A.; SILVA, L. F. *A Viagem de Ibn Ammar de São Brás a Silves*. Tavira: Associação Campo Arqueológico de Tavira, Disponível em: <http://www.arkeotavira.com/Estudos/texto-ibn-ammar-finalR.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

FERREIRO, M. *Gramática Histórica Galega – II*. Lexicoloxía. Santiago de Compstela: Edicións Laiovento, 2001.

FIGUEIREDO, C. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1913.

GUERRA, A. *Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular.* 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa - DHLP*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

KRAHE, H. *Unsere ältesten Flussnamen*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1964.

LEBEL, P. *Principes et Méthodes d'Hydronimie Française*. Paris: Société Les Belles Lettres, 1956.

LOPES, D. *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MACHADO, J. P. *Vocabulário Português de Origem Árabe*. Lisboa: Editorial Notícias, 1991.

MACHADO, J. P. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MARTÍNEZ LEMA, P. *A Toponimia das Comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na Documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010.

MORALEJO, J. J. *Callaica Nomina*. Santiago de Compostela: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2007.

MORALEJO, J. J. Hidronimia prerromana de Gallaecia. In: KREMER, D. (Ed.). *Onomástica Galega II*: Onimia e Onomástica Prerromana e a Situación Lingüística do Noroeste Peninsular. Actas do Segundo Coloquio, Leipzig, 17 e 18 de outubro de 2008. Santiago de Compostela: Universidade; Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2009. p. 37-90.

NOONAN, M. Genetic Classification and Language Contact. In: HICKEY, R. (Ed.). *The Handbook of Language Contact*. Malden; Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 48-65. Doi: https://doi.org/10.1002/9781444318159.ch2

PIEL, J.-M. Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. *Boletim de Filologia*, Lisboa: Imprensa Nacional, v. 2, p. 105-140, 224-240, 289-314, 1933-1934; v. 3, p. 37-53, 218-242, 367-394, 1934-1935; v. 4, p. 24-56, 307-322, 1936; v. 5, p. 35-57, 277-288, 1938; v. 6, p. 65-86, 329-350, 1940; v. 7, p. 357-386, 1944.

PIEL, J.-M. *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

PIEL, J. M.; KREMER, D. *Hispano-gotisches Namenbuch*. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberichen Halbinsel. Heidelberg: Carl Winter, 1977.

PMH – *Portugaliae Monumenta Histórica a saeculo VIII post Christum usque ad quintum decimum*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, s.d.

POKORNY, J. *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. Berna; Munique, 1959-1989. 2 v. Disponível em: <http://www.indo-european.nl/cgi-bin/startq.cgi?flags=endnnnl&root=leiden&basename=%5Cdata%5Cie%5Cpokorny>. Acesso em: 2017.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.

ROCHA, Carlos. *Etimologia dos hidrotopónimos de Portugal continental*: história linguística de um território. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

RTP – *Reportório Toponímico de Portugal – Continente*. Lisboa: Ministério do Exército, Serviço Cartográfico do Exército, 1967.

SERRA, P. C. Três Alíneas de Onomástica. *Revista Labor*, Separata, Aveiro: Lusitânia, n. 252, 1966.

SERRA, P. C. *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1967.

SERRA, P. C. Estudos Toponímicos (XXIII-XXVII). Com um aditamento sobre as Fontes Documentais da Onomástica Portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Românicos, Separata, v. XV, tomos I e II, 1968.

SILVA, R. V. M. *O Português Arcaico – uma Aproximação*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2008. v. I.

SILVEIRA, J. Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas. *O Instituto*, v. 97, p. 268-281 e 382-421, 1940.

TERÉS, E. *Materiales para el Estudio de la Toponimia Hispanoárabe — Nómina Fluvial*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1986. tomo I.

TERÉS, E. Antroponimia hispano-árabe (reflejada por las fuentes latino-romances). In: AGUADÉ, J.; BARCELÓ, C.; CORRIENTE, F. (Ed.). *Anaquel de Estudios Árabes*, 1992. v. III, p. 11-35. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/>. Acesso em: 24 abr. 2017.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982.

VASCONCELOS, J. L. Amostra de toponímia portuguesa. *Revista Lusitana*, Porto, v. XXI, p. 58-63, 1918.

VASCONCELOS, J. L. *Opúsculos.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. v. III: Onomatologia.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VICENTE, A. *El Proceso de Arabización de Alandalús*. Saragoça: Instituto de Estudios Islámicos y de Oriente Próximo, 2006.